

INFOPRESS

INFOPRESS 07 • REFORMA TRIBUTÁRIA • NOVEMBRO | 2023



CONTRAF • CUT
São Paulo - Brasil/2023



REFORMA TRIBUTÁRIA

Com justiça social e distribuição de renda

Os impostos e tributos são pagos pela população para financiar políticas públicas, como segurança, educação, saúde, o asfalto das ruas...

No Brasil, o sistema tributário privilegia a arrecadação indireta, por meio da tributação sobre consumo, ao invés da tributação direta, sobre a renda. Isso faz com que, proporcionalmente, os mais ricos e quem ganha muito paguem menos do que os mais pobres e quem ganha menos. Além disso, carros pagam impostos, mas *jet ski*, iates, helicópteros e até jatinhos, não. Precisamos inverter essa lógica! Criar ferramentas para tributar a riqueza e reduzir impostos sobre o consumo. Assim haverá mais justiça social. Os ricos e quem ganha mais têm que pagar mais, e os pobres e quem ganha menos têm que pagar menos.

No Brasil, poucas pessoas têm muito dinheiro. Se o número de muito ricos no Brasil é pequeno, infelizmente não podemos dizer o mesmo com relação à pobreza, que em 2022 atingia 33% dos brasileiros e mais 50% da população em nove estados, segundo dados da Pnad Contínua.

E, do jeito que está o sistema tributário brasileiro, quem é rico fica cada vez mais rico, e quem é pobre fica cada vez mais pobre.

Isso precisa mudar! O Brasil precisa ter um sistema de tributação direta, sobre a renda, e progressiva, com alíquotas maiores para quem ganha mais, e menores para quem ganha menos, acabar com a isenção sobre lucros e dividendos e com a dedução para juros de capital próprio, além de isentar quem ganha até R\$ 5 mil.



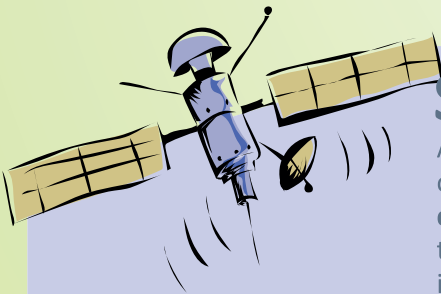
PRA MUDAR DE VERDADE

É preciso simplificar o sistema tributário, unindo diversos impostos (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS) em apenas um, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), sem a cumulatividade, para que não haja cobrança em cascata em nenhuma cadeia produtiva. Mas, a “simplificação” é apenas uma pequena parte do debate. Uma reforma com justiça social precisa ir além da unificação de impostos.

Pra mudar de verdade, a reforma precisa:

- Tributar a renda e a riqueza;
- Elaborar uma política de correção da tabela do Imposto de Renda;
- Criar novas faixas de tributação sobre a renda, com alíquotas maiores para quem ganha mais e menores para quem ganha menos;
- Aumentar o valor da faixa de isenção para algo em torno de R\$ 5 mil.

Também precisamos associar a necessidade de mudanças no sistema tributário com a redução das taxas de juros. Mas este tema fica para uma próxima edição.



SIMPLES E SEM CUMULATIVIDADE

A unificação de impostos e a tributação apenas sobre o valor agregado em cada etapa da cadeia produtiva torna o processo mais simples, transparente e **menos oneroso para quem produz e comercializa**, além de facilitar a fiscalização pelo poder público. Na ponta, também **pode deixar os produtos mais baratos para os consumidores**, pois o valor de imposto repassado a ele será menor. Vejamos o exemplo, para a hipótese de um imposto de 10% tanto para toda a cadeia no sistema atual, quanto para o modelo proposto.

1ª ETAPA: FÁBRICA	2ª ETAPA: DISTRIBUIDOR	3ª ETAPA: ATACADO	4ª ETAPA: LOJA DE VAREJO
Calça: R\$ 50 IVA: R\$ 5 X Modelo atual: R\$ 5	Calça: R\$ 65 IVA: R\$ 1,50 X Modelo atual: R\$ 6,50 Preço da fábrica: R\$ 50 Valor agregado: R\$ 15	Calça: R\$ 85 IVA: R\$ 2,00 X Modelo atual: R\$ 8,50 Preço do distribuidor: R\$ 65 Valor agregado: R\$ 20	Calça: R\$ 100 IVA: R\$ 1,50 X Modelo atual: R\$ 10 Preço do atacado: R\$ 85 Valor agregado: R\$ 15
IVA		MODELO ATUAL	
Cada etapa paga imposto somente pelo valor agregado ao produto, sem a cumulatividade de imposto.		Calça: R\$ 100 Imposto total: 10	No modelo atual, os impostos são cobrados pelo preço total do produto em cada etapa, gerando a cumulatividade de impostos (bitributação) e os impostos, normalmente, são totalmente repassados ao consumidor.

Leia mais sobre **REFORMA TRIBUTÁRIA** no site e nas redes da CONTRA-CUT www.contrafcut.com.br [f](#) [i](#) [@contraf_cut](#)